

Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca

Alfredo Manevy

O artigo descreve as prioridades da política cultural durante a gestão dos ministros da cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira. A partir de uma perspectiva única – a de alguém que participou diretamente da gestão analisada –, o autor salienta os dez pontos fundamentais que caracterizaram a política cultural do Ministério no período, quais sejam: 1) a adoção de um conceito ampliado de cultura de modo a encará-la como ponto estratégico para o desenvolvimento do país; 2) a incorporação da cultura como direito fundamental e necessidade básica tão importante quanto outras áreas, como saúde e educação; 3) o imperativo de considerar a promoção da diversidade concomitantemente à política universalista, possibilitando maior visibilidade a grupos que lutam para se afirmar simbolicamente e mitigando preconceitos; 4) a valorização das culturas tradicionais, como a indígena e a africana, por exemplo; 5) o estabelecimento de diretrizes para uma economia da cultura por meio da ativação, estímulo e fomento das cadeias criativas, intelectuais e produtivas e da ampliação do mercado consumidor; 6) a modernização da legislação do direito autoral; 7) a modernização da política de fomento à cultura por meio do aperfeiçoamento da lei Rouanet e de seleções públicas para a transferência de recursos; 8) o incentivo ao protagonismo social e o apoio a periferias e comunidades em todo o país, princípio que encontra no Programa Cultura Viva e nos Pontos de Cultura sua principal expressão; 9) a renovação da compreensão do papel do Estado em relação à cultura; 10) a viabilização de orçamento público adequado para a consecução dos objetivos evidenciados nas nove ações anteriores.

Palavras-chave: Ministério da Cultura; políticas culturais

Ten commandments of the Ministry of Culture in Gil's and Juca's mandates

Alfredo Manevy

This article describes the priorities of the cultural policy during the mandates of ministers of culture Gilberto Gil and Juca Ferreira. From a unique perspective – that of someone who directly took part in the management at issue -, the author highlights the ten fundamental points that characterized the cultural policy of the Ministry in the period, namely: 1) the adoption of an expanded concept of culture so as to face it as a strategic point for the development of the country; 2) the incorporation of culture as a fundamental right and basic need that is so important as other areas, such as health and education; 3) the imperative need of considering the promotion of diversity simultaneously to the universalist policy, permitting higher visibility to groups that fight to symbolically affirm themselves and mitigating prejudices; 4) the valuation of traditional cultures, such as indigenous and African ones, for instance; 5) the establishment of directives for a culture economy by activating, encouraging and fomenting the creative, intellectual and productive chains and expanding the consumer market; 6) the modernization of the copyright legislation; 7) the modernization of the policy of incentive to culture through the perfecting of the Rouanet law and public selections for the transfer of funds; 8) the incentive to the social protagonism and support to peripheries and communities throughout the country, a principle that finds in Cultura Viva Program and in Cultural Points its main expression; 9) the renewal of the understanding of the role of the State as regards culture; 10) the obtaining of a proper public budget for the attainment of the objects described in the nine prior actions.

key words: Ministry of Culture; cultural policies



Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca

ALFREDO MANEVY *

Para István Jancsó, in memoriam.

política cultural no Governo Lula, conduzida pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, alcançou patamares mais elevados e concretizou novas premissas, com base em um projeto imaginativo e ousado para o Ministério da Cultura.

Essa organização, que completa 25 anos, não parecia ter nascido para voos mais altos e emblemáticos na vida nacional. Hoje, o Ministério da Cultura - outrora inexpressivo, concebido em grande medida para acomodar autarquias tradicionais do patrimônio, do cinema e das artes, sem exercer liderança - formulou políticas públicas e ampliou seu raio de ação e de influência na vida política e cultural do País.

É marcadamente relevante a recente decisão do Presidente da República de inserir a cultura como destinação dos recursos do fundo social do pré-sal, na ilustre companhia de serviços públicos considerados essenciais, como saúde e educação, destacando tanto o novo perfil de atuação do Ministério quanto o êxito em estar presente nas grandes decisões.

As ações que revelam a nova face do Ministério da Cultura têm o mérito de falar por si. Entre tantas realizações no plano nacional, destacamos:

* Alfredo Manevy é secretário-executivo do MinC e doutor em Estética e Audiovisual pela Universidade de São Paulo.

- o Vale-Cultura;
- o Simples para as micro e pequenas empresas culturais;
- os Pontos de Cultura;
- as reformas da Lei Rouanet e do direito autoral;
- a política para o patrimônio imaterial;
- a criação do Sistema Nacional de Cultura (fortalecendo as políticas de cultura nos estados e cidades);
- a criação de fundos públicos setoriais para as artes e a revitalização da Funarte;
- o Fórum Nacional de Televisão Pública;
- o fundo setorial para o audiovisual;
- o Sistema de Indicadores e Informações Culturais.

A abrangência plena – horizonte maior do MinC nestes anos – inclui desde políticas inovadoras para a cultura digital e jogos eletrônicos nacionais, até o inédito apoio aos povos indígenas, à moda, à arquitetura e ao *design*. E, algo sem precedentes, no plano internacional, a demanda por programações artísticas de grande impacto, como o Ano do Brasil na França e as parcerias de exportação da música e do cinema a países de todo mundo que querem a cultura brasileira sendo exibida e assimilada.

Durante a gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira, a cultura brasileira tornou-se um ingrediente essencial e decisivo do novo papel do Brasil no mundo, na medida em que ela parece apresentar o País pela adesão a valores, estilos e atitudes de vida, diferentemente de um movimento estratégico estritamente político e orientado economicamente.

Ao mesmo tempo em que democratiza o acesso a bens culturais de todos os tipos, a atual gestão do Ministério da Cultura está na raiz da questão, ao valorizar a concepção de equipamentos culturais que representam um novo paradigma de excelência no acesso à cultura:

- a instalação da biblioteca digital Brasileira, na USP, contendo o acervo de José Mindlin, é um importante marco do que será o maior centro de difusão de acervos para todo o Brasil;
- o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo;
- o Parque Serra da Capivara, no Piauí; e
- o Museu Iberê Camargo, em Porto Alegre.

São todas instituições financiadas principalmente com recursos públicos federais em parceria direta com o MinC, a partir de 2003.

Mas essas ações e equipamentos públicos não explicam o conjunto nem revelam o essencial. Essas agendas

não seriam viáveis sem a conquista de um novo status para a cultura, e para a política cultural, vários degraus acima do lugar em que historicamente foi relegada e encontrada por esta gestão. Subir ao palco do teatro político em posição de protagonista não seria possível sem a introdução da cultura no rol das necessidades básicas do País: essa é a palavra de ordem da atual gestão.

Os dois Ministros empenharam-se diretamente em ampliar a presença da cultura na percepção das grandes instituições do País: a começar pelo Congresso, pela imprensa, pelos bancos públicos, pelas redes sociais, empresas privadas e estatais. O resultado é uma discussão sobre política cultural na esfera pública sem precedentes na história do País.

Apresento a seguir, dez pontos estratégicos, um decálogo que marca a atual política cultural brasileira e que já é tecnologia exportada a outros países e ministérios da cultura do mundo:

- 1º. Amplo conceito de cultura.
- 2º. Cultura como direito fundamental e necessidade básica
- 3º. Promoção da diversidade cultural brasileira.
- 4º. Valorização das culturas tradicionais.
- 5º. Diretrizes para a economia da cultura.
- 6º. Modernização do direito autoral brasileiro.
- 7º. Modernização da política do fomento à cultura.
- 8º. A sociedade civil como conceito da ação estatal.
- 9º. O papel do Estado na cultura.
- 10º. Orçamento público para a cultura.

Amplo conceito de cultura.

O primeiro, e mais importante, desses pontos é a definição

ampla de cultura ao lado de sua percepção como um território social estratégico para o futuro do País.

É a construção da narrativa, do discurso e do espaço social em favor da agenda cultural. Tem sido recorrente ministros de todo mundo encontrarem instituições culturais públicas sucateadas, periféricas, esvaziadas. O Ministério da Cultura do Brasil foi solicitado diversas vezes a participar no redesenho e fortalecimento dessas instituições mundo afora, em especial na América Latina e na África.

Em grande medida, as políticas culturais e as políticas ambientais foram as mais prejudicadas nas duas décadas perdidas de 1980 e 1990. Em muitos casos, como o nosso, os Ministérios foram suprimidos do arcabouço

institucional: quando da supressão do Ministério da Cultura no Governo Collor, em 1989, seguiu-se um grande silêncio nas esferas mais amplas da sociedade.

Um silêncio em certa medida sintomático da inoperância e irrelevância do Ministério, ainda que, sob ele, houvesse instituições relevantes como a Embrafilme e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A fragilidade do MinC refletia uma concepção política vigente que via como desnecessário o papel do Estado no apoio à cultura. Acima de tudo, isso encontrava solo fértil na baixa aderência ou baixo consenso da sociedade e do mundo político sobre a importância das políticas culturais. Para além das centenas de ações e programas, o papel público e destacado dos ministros Gil e Juca foi decisivo para ampliar a base de consenso da sociedade sobre a necessidade e o alcance do Ministério da Cultura.

Nessa direção, o Ministério da Cultura investiu, desde 2003, em uma parceria com IBGE, para conhecer a presença da cultura nas cidades, no orçamento da família e na geração de emprego formal do País. Foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do MinC, a primeira base de dados oficial em termos de cultura. Constituiu-se em instrumento decisivo de política cultural: ele permitiu mapear e perceber os gargalos, deficiências, ausências e potencialidades da área cultural que cabe ao MinC alcançar com políticas e programas.

Trata-se da necessária tarefa de construção do seu campo: missão no plano do discurso em última instância tão ou mais sólida quanto qualquer ação prática. A primeira menção de Gil na pasta foi na direção de a cultura deixar de ser, então, “a cereja do bolo”, para ocupar lugar central nas estratégias de desenvolvimento do Estado e da sociedade, uma disputa pelo lugar da cultura na vida política do País.

Conseqüentemente, os Ministros tornaram pública a discussão por um orçamento mais robusto, com a meta de alcançar o patamar mínimo de 1% das recitas gerais da União, o recomendado pelas Nações Unidas. Sem isso, corria-se o risco de insignificância e de deixar de contribuir para alterar o modelo de desenvolvimento: a perseguição do crescimento, da produção e distribuição de riqueza – pura e simplesmente – não é capaz de gerar desenvolvimento humano.

O Brasil teve altas taxas de crescimento, nos anos 1970, mas o fez inchando e poluindo as cidades, sem

um sistema educacional qualificado e reprimindo nossa diversidade cultural. A política cultural tem como objetivo maior justamente qualificar o acesso à informação, à autodeterminação, ao lazer, ao prazer estético, garantindo espaço de liberdade de expressão e fruição a todos os indivíduos.

É uma distopia imaginar uma sociedade com as necessidades materiais realizadas, entretanto, sem pluralismo de valores, espiritualidade, senso estético, sem tradição e inovação, senso crítico, capacidade plena de criação e renovação do pensamento. Ou megalópoles sem espaços centrais destinados às comunidades, grupos artísticos e culturais.

Ao afirmar esse novo patamar, o Ministério afirmou o segundo ponto estratégico: a cultura como direito fundamental e necessidade básica.

Cultura como direito fundamental e necessidade básica

Tão importante quanto a educação, a saúde pública e o voto, a cultura deve ser afirmada como direito da população. O Ministério cristalizou uma demanda estabelecida entre os brasileiros, ainda que não representada por boa parte das agremiações políticas.

As necessidades culturais felizmente deixaram de ser um luxo de bem nascidos para se tornar hoje um item indispensável do cotidiano de qualquer criança, jovem e adulto do País. Elas se manifestam na busca pelo acesso cultural em uma *lan-house* ou em um telefone celular, quando são baixados conteúdos musicais, audiovisuais, notícias ou realizam-se trocas de e-mail.

Se a cultura é de fato um direito social como nos define a Constituição de 1988, o papel do Ministério da Cultura muda decisivamente em perfil e em escala de atendimento. Assim como o Ministério da Educação e da Saúde, o MinC passa a ter um papel universal, e estabelece diálogo com todos os cidadãos e suas demandas.

Essa visão impulsionou a reforma e o fortalecimento do Ministério da Cultura, para que ele se tornasse equipado, dinâmico, eficiente e com um orçamento à altura de sua missão. O orçamento do Ministério em 2003 – ainda sob o plano plurianual feito no governo Fernando Henrique – era de aproximadamente R\$ 400 milhões. O orçamento em 2010 é de R\$ 2,2 bilhões, cinco vezes mais, um salto importante, mas ainda insuficiente diante da sua nova missão: atender o conjunto da sociedade brasileira.

A política em favor da diversidade cultural engloba todas as outras quando introduz os critérios de observação de território e população, sem filtros ou preconceitos, sem complexo colonial, sem um olhar viciado pela hierarquia de visibilidade dos grandes centros e sem deixar de perceber o Brasil interconectado com seus vizinhos e com o todo o resto do mundo.

O IBGE, nas pesquisas em parceria com o MinC, nos revelou a acintosa divisão entre os brasileiros no acesso cultural:

- apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez no ano;
- 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus;
- 93,4% dos brasileiros jamais frequentaram alguma exposição de arte;
- 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar;
- mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Os números revelam um enorme fosso entre os que podem ter acesso a equipamentos culturais e leitura e a imensa maioria discriminada. É inimaginável pensar a sociedade brasileira como um corpo estanque, uniforme, à espera de oferta de bens culturais. A sociedade detém cultura, mas “se o povo sabe o que quer, também quer o que não sabe”, como dizia Gilberto Gil.

Os direitos culturais devem ser pensados em três vias distintas: direito ao acesso a bens culturais, ao repertório cultural e artístico do Brasil e da humanidade. O direito de acesso deve ir muito além do que é oferecido pela família, pelo trabalho, pela comunidade, pela escola ou pelo contexto cultural imediato. É ampliação dos espaços de liberdade, fruição e escolha dos indivíduos. É um repertório necessário para viver no século XXI.

Esse acesso – se garantido pelos poderes públicos – impacta fundamentalmente o sistema educacional e aumenta a qualidade de vida da sociedade. A questão que podemos perguntar é se essa necessidade estatística já se transformou em demanda da sociedade. A resposta é positiva. Um estudo sem filtros sobre homens e mulheres que vivem neste século não nos deixa dúvidas: a demanda existe, está aí e é universal.

É um grande equívoco acreditar que a demanda cultural é proporcional à renda dos indivíduos e, logo, apenas se manifesta nos estratos elevados em termos de renda. É outro equívoco crer que apenas a minoria rica da população brasileira deseja cultura e arte, aqui e agora. Essa é uma demanda política da população, que infelizmente a ação política contemporânea, em todo mundo, não repercutiu nem incorporou satisfatoriamente.

Outro dado estatístico é oferecido pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura e IBGE: independente de classe social, o brasileiro utiliza o mesmo percentual de seu orçamento em ativi-

dades culturais, algo em torno de 3% do orçamento familiar, em média.

O número não é baixo: os dispêndios em cultura ocupam um lugar importante na hierarquia dos gastos familiares: o quarto lugar entre as prioridades das famílias brasileiras, atrás de alimentação, transporte e habitação, e à frente do gasto em educação. Se o número é negativo, o é para as classes altas. Se pobres e ricos gastam o mesmo em cultura, isso significa que o País não está conseguindo formar uma elite informada e esclarecida, com vínculos sociais e humanos com a singularidade brasileira.

O percentual revela que uma multidão de homens e mulheres quer lazer, arte e cultura em suas vidas, apesar das precárias condições de vida. E talvez aqui fique bastante evidente uma história de vazio e omissão, tanto do setor público quanto do privado, na área cultural. Esses setores ou foram irresponsáveis – caso do Estado – ou acomodados e desprovidos de alcance – caso do setor privado – em criar uma economia cultural no Brasil, em oferecer bens culturais à maior parte da população brasileira.

São dezenas de milhões de brasileiros que não frequentam salas de cinema no Brasil. E os que frequentam são os mesmos que conseguem desembolsar os al-

tos preços da economia formal de CDs, livros e DVDs. O que se percebe é que a economia formal da cultura é uma economia de poucos e, acima de tudo, pensada para poucos.

Podemos dizer que ela é pensada para poucos porque os investimentos do setor privado são baseados na parcela consumidora preexistente, uma minoria. É raro sermos surpreendidos com algum esforço para efetivamente ampliar a base de consumo de algum bem cultural no Brasil.

O setor privado na cultura parece não acompanhar os crescentes investimentos de outros setores da economia, mesmo em um período de estabilidade e crescimento que o Brasil conquistou na última década. Não há desenvolvimento de modelos de negócio baseados nas expectativas, perfis de demanda das classes, C, D e E, no Brasil.

O único modelo de negócio que soube chegar em todo território nacional é o da televisão aberta. Mas suas condições foram especiais e privilegiadas pela ação entre Estado e empresas nos anos 70, uma história que se conhece bem. Não por acaso, a programação de televisão é a única alternativa que chega a todas as cidades e estratos sociais: mais de 90% dos lares. A televisão é um acontecimento central na vida do País, mas sua oferta em caráter de quase exclusividade empobrece a fruição cultural dos brasileiros.

Em outros setores da cultura, como livros e música, há uma enorme oportunidade na ampliação da classe média e da enorme demanda por conhecimento e informação que acompanha a ascensão social de milhões de brasileiros e suas famílias. O resultado é que, em economia, não existe espaço vazio para as necessidades de consumo. O resultado é a ocupação desse espaço pela pirataria e outras formas de economia informal, em cumplicidade com boa parte da sociedade.

Daqui depreendemos algo fundamental: é uma análise redutora acreditar que a pirataria é um fenômeno que pode ser enfrentado pelo enfoque estritamente policial. Como há crime organizado com tentáculos internacionais, ele deve continuar a receber repressão firme: houve nessa direção forte investimento governamental no combate a essa modalidade de crime.

Mas seria insistir numa estratégia de avestruz desconsiderar que o buraco é mais embaixo, e que se trata de uma demanda social sem o devido atendimento econômico e social. Essa é uma mudança profunda de pa-

radigma. Até 2003, os programas do Ministério não tinham indicadores e metas de acesso ao público e à sociedade. As metas avistavam apenas a produção de poucos bens culturais. Algo tão estranho como se o Ministério da Educação não incorporasse os estudantes como finalidade última de suas políticas, focando apenas nos professores e suas demandas.

Aqui chegamos ao terceiro ponto, o fomento à diversidade cultural brasileira como um rico patrimônio do País.

Promoção da diversidade cultural brasileira.

Não há, em nossa visão, qualquer contradição entre a inovadora política universalista (cultura, direito de todos) e seu natural complemento com políticas e ações em favor das diferenças culturais que nos enriquecem a todos.

A política em favor da diversidade cultural engloba todas as outras quando introduz os critérios de observação de território e população, sem filtros ou preconceitos, sem complexo colonial, sem um olhar viciado pela hierarquia de visibilidade dos grandes centros e sem deixar de perceber o Brasil interconectado com seus vizinhos e com o todo o resto do mundo.

Num período de fortes mudanças globais e sociais, o Estado deve oferecer apoio às manifestações artísticas e culturais de enorme valor e que correm risco de extinção, como saberes e conhecimentos orais. Mas a política em favor da diversidade cultural não é, em essência, preservacionista: cabe ao Estado priorizar os espaços de autonomia para a renovação, interação, diálogo com as tendências contemporâneas e de futuro que, em todo o canto, o dinamismo social traz à tona.

Atenuar as pressões econômicas que recaem sobre o que é diferente será, em outras palavras, garantir fluxos mais amplos com o mundo externo, onde os protagonistas dos grupos e comunidades reforçam sua autonomia, formulam sua própria inserção e ensaiam sua capacidade de movimentação. A política que o Ministério da Cultura adotou desde 2003 escancarou as portas para, entre outros, povos indígenas, mestres de capoeira, luthiers de instrumentos tradicionais, cozinheiras de acarajé, bem como para minorias urbanas (como GLBT, teatros amadores, cineclubes, população de manicômios, para manifestações como hip hop).

E o fez sem ingenuidade romântica ou oportunista de

uma tradição política que faz o elogio do autêntico/popular, pois seria sonegar a condição moderna do Brasil e as precariedades e necessidades dos grupos culturais. O Ministério valorizou as iniciativas dos estratos menos favorecidos sem fazer o elogio ingênuo do isolamento, já que a pauta é justamente o acesso às estruturas e meios de expressar e circular. Trata-se de equipar as comunidades para que essa circulação seja feita em proveito próprio, fortalecendo seus projetos de longo prazo.

Como nação, somos produto intenso da globalização. A sociedade brasileira foi tecida com muitas contribuições de diferentes partes do planeta, por meio de múltiplas migrações, interações e influências de povos de todo o mundo. Há contribuição de japoneses, poloneses, libaneses, italianos, latino-americanos. A lista é imensa.

A preciosa contribuição dos povos ameríndios, originários do continente, e dos diversos povos africanos aqui trazidos à força pela escravidão é parte indissociável de toda a sociedade, um traço comum a todos os brasileiros, independente da cor da pele, ou da bagagem genética das gerações atuais. Depois de séculos de conflitos sociais e históricos, o resultado é uma construção humana que transborda beleza, conhecimento, sabedoria, música, espiritualidade, religiosidade, estilização da vida, do corpo, uma forma de perceber o mundo que é toda própria.

Diante dessa riqueza, o Ministério da Cultura aliou-se a diversos países e aprovou na Unesco a Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, um marco internacional que está para a cultura como esteve, anos atrás, o Protocolo de Kyoto para o meio ambiente.

No plano interno, atualizou o papel do IPHAN – criado há 70 anos por Mario de Andrade e Gustavo Capanema – e criou uma secretaria com foco na questão. Colocou em prática um programa amplo para que essas diferenças se transformem em fluxos ativos da vida social moderna - e para mitigar preconceitos e violências. Ou para evitar diluição, desinteresse, invisibilidade de manifestações e expressões que lutam para afirmar-se no campo simbólico.

A diversidade é, nesse sentido, um ativo para o futuro, uma contribuição que o Brasil pode dar a si próprio e ao mundo. Isso nem sempre foi considerado verdade: seja pelo temor de fantasmagorias tardias de segregação territorial e étnica, seja pela necessidade de justificar a vontade de ocupação e reprodução do poder centraliza-

do por meio da propaganda ou de formas mais sutis, da imposição dos padrões de vida de alguns sobre outros.

A diversidade brasileira, até há pouco tempo, figurava no rol das “preocupações estratégicas”, como as do regime militar. Nesse sentido, uma política de diversidade cultural pode ser considerada uma das mais importantes mudanças de paradigmas do papel do Estado em favor de um estágio ainda mais avançado de democracia e liberdades civis. Sua tarefa de longo prazo: preparar a sociedade para conviver e admirar os distintos modos de vida que a compõem.

É o caso das populações indígenas e de seus modos de vida, que entram choque com projetos de integração forçada.

Aqui chegamos ao quarto ponto, a valorização das culturas tradicionais, indígenas e quilombolas, entre outras diversas tradições, como parte decisiva do futuro do Brasil.

Valorização das culturas tradicionais

O aperfeiçoamento da democracia deve ir muito além do direito ao voto, para garantir o direito ao pluralismo de modos de vida. Uma grande nação continental como o Brasil não pode contornar este imenso imperativo. Para isso é preciso superar preconceitos, desinformação, complexos de inferioridade e perceber nas diferenças uma enorme riqueza que poucas nações possuem.

No caso dos indígenas, são cerca de 230 grupos e 180 línguas que circulam no território, ao lado da língua portuguesa. Cada língua é um complexo sistema simbólico que lança ao mundo sentidos e formas de organizar uma experiência que é inteiramente diferente das formas ocidentais em que boa parte da sociedade brasileira está ancorada. Para além da demarcação das terras - agenda de lutas que se desdobra ainda hoje -, emerge a luta cada dia mais importante da afirmação cultural, em favor da transmissão do conhecimento para novas gerações e da garantia de uma plena cidadania indígena.

Ao mesmo tempo, é preciso preparar a sociedade brasileira não apenas para a erradicação do preconceito, como também para uma atualização de valores. É necessário valorizar o privilégio de cultivar em nossa sociedade a presença de tamanha diversidade, de visões de mundo em tudo diferentes em sua relação com a natureza, com a espiritualidade, com a saúde e com corpo. Os indígenas compreendem a natureza como parte de seu

Valorizar a diversidade não significa deixar de abordar os temas e laços da nação, como a implantação de uma necessária política de promoção da língua portuguesa, nem de constituir uma esfera pública de reflexão sobre as sínteses gerais do processo nacional.

universo social, uma das muitas influências que podem ampliar horizontes da sociedade brasileira.

Os maiores laboratórios do mundo percebem uma alta tecnologia que vem sendo instrumentalizada sem qualquer benefício aos povos que geraram tal conhecimento. Um enorme complexo colonial se abateu sobre os olhos do Brasil diante dessa enorme riqueza, o que não significa que devamos assumir o protagonismo dessa instrumentalização, com viés nacionalista. Trata-se de compreender a contribuição das culturas indígenas de uma forma mais ampla e profunda, na qualificação de nossa relação com o meio ambiente e dos laços comuns com toda a América do Sul.

Nesse sentido, as culturas indígenas são fundamentais para moldar o futuro do Brasil e do planeta, não sendo apenas objeto de “políticas de memória”. É justamente nessa conexão com a tradição que o Brasil fortalece seu passaporte para um futuro sustentável. Os povos indígenas devem ter, nesse sentido, plenas condições de optar pelas formas de interação e integração que forem as mais adequadas para eles, respeitando sua autonomia nessas decisões.

Até 2003, o Ministério da Cultura não tinha relação com as culturas indígenas. Assunto de índio, no governo federal, resumia-se aos problemas de justiça, saúde e terra. Com a criação do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xuxuru, o MinC recebeu centenas de projetos, que solicitavam câmara de vídeo, internet, materiais didáticos diferenciados, entre outras demandas que revelam projetos inovadores. O Ministério passou a dialogar com as centenas de povos e estabelecer políticas.

Ao mesmo tempo, a política de patrimônio imaterial do Iphan deslanchou com diversos reconhecimentos. A culinária baiana do acarajé, passando pelo tambor de crioula, até o reconhecimento do roteiro histórico indígena da Cachoeira da Onça, em Iauaretê, no Alto Rio Negro, fronteira com Colômbia, são alguns dos relevantes exemplos de uma ampla lista. Todos esses reconhecimentos foram seguidos de ações de apoio, salvaguarda, cursos e instalação de pontos de cultura entre os mestres, pajés, baianas, que foram beneficiadas pelo reconhecimento.

Desse modo, a política de cultura oferece sua contribuição para a inversão do modelo de desenvolvimento que perdurou nos anos 70, no qual muitas dessas culturas e tradições foram vistas como entraves ou como escombros do progresso. Basta lembrar as vias predatórias de desenvolvimento, a forma como o campo foi esvaziado e transformado em grandes favelas povoadas de operários com a missão de erguer as maiores cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, é fundamental lembrar a ocupação da Amazônia por fazendeiros armados, encontrando pelo caminho povos ancestrais.

Mais tarde, a diversidade tornou-se um slogan que deixou muitos deslumbrados quando foi hiperexposta, e parecia apenas evocar um período de rarefação de julgamento estético, cultural, de diluição de projetos, no qual o único valor são as diferenças e desagregações.

Valorizar a diversidade não significa deixar de abordar os temas e laços da nação, como a implantação de uma necessária política de promoção da língua portuguesa, nem de constituir uma esfera pública de reflexão sobre as sínteses gerais do processo nacional. Ao contrário, o Ministério da Cultura investiu em programas como Cultura e Pensamento, justamente de modo a apoiar um espaço elevado de reflexão sobre o Brasil.

A incorporação da diversidade apenas obriga que o processo seja feito sem desconsiderar a complexidade do país. Significa modificar os critérios de absorção do conhecimento que hoje pautam o ensino superior, bem como abrir as portas do ensino básico para mestres de capoeira e outros mestres que detêm conhecimento, mas não detêm reconhecimento formal para realizar a passagem desse saber.

Chegamos ao quinto ponto. O Ministério da Cultura – além de reconhecer a dimensão simbólica, a cidadã, deve trabalhar uma política para a economia da cultura.

Diretrizes para a economia da cultura.

Essa talvez seja igualmente uma tarefa tão complexa quanto a de garantir a cultura como direito: elas devem ser formuladas em conjunto, pois os equipamentos culturais oriundos de políticas públicas devem ser pensados ao lado de uma vigorosa economia cultural que deve ser desenvolvida nas grandes cidades brasileiras. Uma economia baseada no consumo popular, evitando monopólios e guetos.

A política para a economia da cultura vem sendo conduzida em três frentes:

- na ativação e fomento das cadeias criativas e intelectuais – no centro do sistema;
- no estímulo de cadeias produtivas: produção, distribuição, circulação e publicidade, como elos de conexão com o acesso; e
- na ampliação do mercado consumidor, incluindo os que não consomem cultura, em programas como Vale-Cultura do Trabalhador.

Essa análise deve ser percebida em três contextos:

- da revolução digital;
- do aprofundamento democrático; e
- da criação de uma economia para muitos.

A incorporação de trabalhadores que hoje não frequentam cinemas nem consomem livros é o principal objetivo do Vale-Cultura. Ele permitirá um gasto de R\$ 50,00, por meio de cartão magnético, em bens culturais de sua livre escolha. As centrais sindicais e centrais patronais já aderiram à idéia e o projeto começa a funcionar em 2010. Empresas recebem um incentivo fiscal para adotar o cartão e os trabalhadores arcam com um quinto do valor. O potencial de trabalhadores a atingir é de 14 milhões de famílias, bem como se projeta uma injeção na economia da cultura de nove bilhões de reais.

O Sistema de Indicadores e Informações Culturais do Ministério revela que, entre 2003 e 2005, a importância das empresas culturais cresceu no Brasil. Em apenas dois anos, o número passou de 5,6% do total de empresas para 6,1%, um número que já era expressivo mas que revela aqui seu franco crescimento.

O Ministério da Cultura passou a estudar cada um dos setores culturais, daqueles que requerem políticas altamente cuidadosas com seu valor, como o artesanato, até as que têm estruturas tradicionais, mas vivem agudas crises em função da obsolescência do seu modelo negocial no contexto digital, como a música.

Uma parceria com o BNDES – principal indutor do crescimento na era Lula – levou o Banco à decisão inédita de criar um setor e um fundo específicos para a cultura, focado em áreas como animação, música e criação de salas de cinema. O Ministério também criou no Plano Plurianual, o instrumento de planejamento do Governo Federal, um programa específico para a economia da cultura, o Prodec.

O prestígio da agenda cultural no Congresso Nacional permitiu a inserção da cultura no Simples – sancionada em 2010: ele permite às empresas culturais pagar 6% ao invés de 17,5 % de impostos, o que torna viável abrir e manter funcionando uma pequena produtora cultural no Brasil. Ao lidar com um setor que era verdadeiro ponto cego das políticas de estímulo a setores da economia, o Ministério da Cultura pode hoje oferecer políticas de crédito, desoneração e apoio direto às empresas culturais. Já são 321 mil entidades ligadas à cultura (novamente, dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais do MinC), empresas ou entidades sem fins lucrativos. Elas cumprem, e irão cumprir ainda mais, um papel decisivo nas metas da política pública de cultura.

O desenvolvimento de uma economia da cultura é, entretanto, impensável sem o fortalecimento e atualização do direito autoral no Brasil. Aqui chegamos ao sexto ponto.

Modernização do direito autoral brasileiro.

Como é difícil o desenvolvimento de empresas sem um ambiente favorável, o mesmo se pode dizer das condições de criação intelectual e artística. Elas exigem formas de temperatura e pressão específicas e o autor não pode ser o elo fraco dessa cadeia.

O Brasil acumulou uma grande dívida com seus autores. A situação do Brasil é paradoxal: a cultura brasileira tem uma grande circulação global, fruto da sua vibrante qualidade e magnetismo, porém, sem infraestrutura, planejamento, apoio e políticas. A cultura brasileira produziu internacionalmente um grande respeito, mas sem qualquer retorno comercial: a economia da cultura global gerou poucos dividendos para os artistas e empresários brasileiros.

Um enigma que é possível decifrar: esse triste paradoxo reflete o lugar banal em que a cultura esteve nas estratégias de desenvolvimento que o Brasil lançou no passado. Números do Banco Central revelam que, em



FOTO: VERÔNICA MANEY.

matéria de direitos autorais, o Brasil possui balança comercial deficitária, o que significa que o Brasil não recebe a riqueza econômica a partir do que o mundo consome da sua cultura.

Festejamos superávits em agronegócio, mas a opinião pública ignora que, em matéria de cultura, os números econômicos são muito ruins. Ao mesmo tempo, o potencial de consumo é imenso, o que foi no passado recente uma grande oportunidade desperdiçada.

O mundo consome música e televisão brasileira, mas o que exportávamos tinha baixo valor agregado, por intermédio de multinacionais em setores como música e edição de livros, gerando divisas fora do Brasil. É o caso de muitos sucessos nacionais que, alçados ao reconhecimento internacional, rendem o grosso de seu retorno ao parceiro estrangeiro, caso do filme *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles, 2002), que viu sua imensa bilheteria internacional ser canalizada para uma distribuidora ligada aos estúdios Disney.

O histórico de fracasso do Brasil nesse tópico revela não apenas um passivo de omissão, além de escancarar a fragilidade institucional e legal. A legislação brasileira data de 1998, mas nasceu velha: sequer percebeu a revo-

lução digital e as novas formas de criação que o mundo já vivenciava há pouco mais de dez anos. Não observou nossa cultura com seu imenso potencial e acovardou-se enxergando na arte brasileira uma fraqueza.

A lei do direito autoral é resultado da simbiose de duas pressões. Uma, internacional, advinda dos acordos de liberalização de comércio na recém estabelecida Organização Mundial do Comércio – OMC, na qual o governo à época permitiu arrastar o Brasil para uma legislação ainda mais conservadora que suas correlatas estrangeiras. E, outra, interna, de lobbies de associações que atuaram apenas em interesse próprio. Como trágico resultado, o Brasil aceitou restrições ao uso privado de bem intelectual que praticamente todos os países recusaram. Para muitos especialistas, a lei de direito autoral brasileira é a mais conservadora e cheia de desequilíbrios do mundo.

O resultado é uma legislação que coloca o artista - autor nacional - a mercê de contratos leoninos. Mesmo tendo sido criado por lei, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD é uma instituição que não presta contas e – como um velho governo stalinista - cobra o uso de músicas até em festas privadas ou cineclu-

bes sem qualquer inclinação comercial, uma fúria tributária que muitos brasileiros já sentiram na pele. E isso não em favor dos músicos: no caso do ECAD, que representa as associações arrecadoras da área de música, é imensa a queixa de falta de transparência, uma grita por parte de artistas insatisfeitos com o que recebem na repartição sem critérios.

A lei também permite que um autor abra mão de 100% de seus direitos patrimoniais, o que significa abrir mão de qualquer possibilidade de remixar ou regravar suas músicas, ou mesmo reescrever novos livros com um mesmo personagem criado por esse autor. Ou de tornar sua criação intelectual disponível em circuitos que julga relevante. Ou mesmo de reimprimir sua obra quando ela se torna esgotada e a editora (dona dos direitos) não concorde.

É uma legislação que não reconhece a participação coletiva numa obra, quando se trata de filmes, programas de televisão, relegando ao status de serviço terceirizado o papel criativo de roteirista, diretores e atores. E, mais grave: a legislação omite o consumidor final, a sociedade civil, os direitos culturais.

Uma boa legislação de direitos autorais deve garantir o bom equilíbrio entre direitos dos três elos: aqueles que criam, aqueles que investem e os que consomem. Não é o caso, em nossa legislação de 1998. Todo cidadão que baixa um arquivo do computador para o tocador de MP3 está na ilegalidade no Brasil. A cópia para uso privado, sem fins de lucro, não é autorizada pela nossa legislação.

Assim como a cópia xérox é autorizada apenas para “pequenos trechos”, sendo que a maior parte das bibliotecas universitárias ou livrarias não dá conta da demanda de estudantes e professores. Os textos usados em classe, para centenas de alunos, não podem depender da compra de cada livro recomendado para leitura. É impraticável. A falta de decisões razoáveis por parte de empresas e ação judicial contra algumas universidades brasileiras públicas e privadas, colocando professores contra a parede, tornou a miopia legal um problema central da educação superior no Brasil.

Além disso, as associações que representam os editores e livreiros ainda não aceitaram a tarefa de inventar um modelo de negócio inteligente que se adapte a essa realidade e demanda estudantil. Propostas em circulação não faltam. Por essa e outras razões, o Ministério da Cultura colocou, em 2010, a consulta pública da alteração

da legislação autoral no Brasil. O estabelecimento da regulação adequada, bem como de uma instituição pública que possa zelar pelos equilíbrios em cada setor constituem o projeto do Ministério para que o Brasil deslanche em matéria de propriedade intelectual.

Chegamos então ao sétimo ponto, a modernização da política do fomento à cultura.

Modernização da política do fomento à cultura.

A gestão do MinC nesses anos estabeleceu um critério republicano e transparente pela adoção de seleções públicas e de critérios especializados para a transferência de recursos públicos. A política de editais é uma enorme conquista da atual gestão, ainda que o edital não seja um mecanismo que sirva a todos os propósitos de uma política cultural.

Os editais passaram a oferecer dezenas de alternativas para os artistas e produtores culturais em todo território nacional. Inspirou empresas e gestões estaduais e municipais a seguir o mesmo exemplo. Tornou-se assim uma alternativa ao patrocínio, em que apenas 20% dos proponentes têm a sorte de conseguir o mecenato. Mas os editais não reverteram a estrutura central do modelo de fomento, no qual a maior parte do recurso público é via renúncia fiscal, cerca de 80% de todo o dinheiro previsto no orçamento da cultura.

O modelo de renúncia fiscal é oriundo da Lei Sarney. Mantido e aperfeiçoado na Lei Rouanet, seu modelo foi implantado também em alguns estados e municípios. A política cultural, seguindo esse modelo, se restringe em oferecer estímulos aos departamentos de marketing de grandes empresas. Em suas políticas de comunicação, cabe a eles, por lei, o papel de definir os projetos financiados com dinheiro público. O estímulo inicial, com o tempo, se tornou cobertura total. Na Lei Rouanet, alterada seguidas vezes, o incentivo chegou a 100%. Na Lei do Audiovisual, passou disso. Aí chegamos ao paradoxo: se o objetivo era envolver o setor privado e estimular o mecenato privado no Brasil, como autorizar 100% de renúncia fiscal, ou seja, passar a conta inteira para o contribuinte?

Mas a crise do mecanismo mecenato desvia a atenção do essencial: a inexistência de fundos públicos para a cultura, de orçamento à altura da tarefa, o que é consequência do mal original: a ausência recente de políticas para área, do tema que tratei logo no início deste ensaio - a falta de percepção estratégica da cultura.

A renúncia fiscal foi a forma como se resolveu um impasse na redemocratização do País, época de alta inflação, baixa capacidade de investimento: de um lado, a pressão de setores da cultura e, de outro, a baixa prioridade do assunto, a não disposição do Estado em enfrentar a questão e criar instituições públicas eficazes para lidar com a demanda.

Outro ingrediente do impasse foi a preocupação com o dirigismo, o autoritarismo ou formas de corrupção e corporativismo. A preocupação, no passado recente pós-ditadura, é legítima. Contudo, cultura foi submetida ao laboratório da renúncia fiscal, enquanto outros setores da vida social aperfeiçoaram a transparência e modernizaram seus corpos técnicos; enquanto outros setores do Estado lograram desenvolver instituições públicas de fomento dignas desse nome – como é o caso da pesquisa científica e universitária, com Fapesp, Capes e CNPq.

Os resultados da lei foram divulgados pela imprensa no amplo debate proposto pelo Ministério da Cultura, como método de elaboração de uma nova legislação. Apenas 3% dos proponentes captaram mais de 50% de todo o recurso: aproximadamente R\$ 8 bilhões, em 19 anos. Do total de 10 mil projetos apresentados por ano, não mais que 20% chegam a conseguir patrocinador; e 80% do recurso ficou concentrado em apenas duas grandes cidades do País.

Setores da cultura sem captação: áreas como leitura, arqueologia, distribuição, cultura popular, entre outras áreas. Um desfile de distorções que justificam uma nova legislação de fomento à cultura. O Ministério da Cultura propôs um amplo debate seguido de consulta pública, com vários anos de discussão. O projeto de lei que cria um novo marco de mecanismos está agora no Congresso Nacional.

O mal maior não deve evitar a busca da genuína parceria com o setor privado: ela deve ser estimulada em forma de parceria, não falsificada com pés de barro. Por essa razão, o Ministério da Cultura convidou os maiores empresários, usuários da Lei Rouanet, para um pacto em favor do investimento privado e do genuíno mecenato. Apostando no diálogo, e em um novo ciclo de responsabilidades, o Ministério da Cultura estabelece um novo estilo de parceria entre público e privado, tão importante quanto o diálogo com o campo cultural.

Nos cartazes e anúncios de página inteira em que divulgam espetáculos e eventos como parte de sua estratégia de marketing, é inegável o retorno de imagem para as empresas, a valorização e positividade da marca – o

ativo mais importante do capitalismo contemporâneo - no imaginário da população.

Essa promoção não pode ter custo zero para as empresas, feita com dinheiro do contribuinte apenas, abrindo mão dos orçamentos que as grandes multinacionais com raiz brasileira reservam para sua comunicação. São os mais lucrativos bancos, mineradoras, empresas de energia: ao contrário dos países desenvolvidos, o dinheiro “aplicado” aqui é 100% público, salvo em louváveis exceções. Em todo o mundo, essas empresas investem dinheiro próprio. No Brasil, seguimos o caminho oposto.

A nova lei fortalecerá o orçamento público como mecanismo central: para isso, cria diversos fundos públicos, como inédita fonte de apoio direto aos projetos, uma injeção de dinheiro público nas artes sem necessidade de intermediação de patrocínio. Ao mesmo tempo, o MinC contratou, em 2009, centenas de pareceristas especializados, peritos para fazer uma avaliação dos projetos a partir de critérios.

Aprovada a nova lei, há uma base profissional para adotar critérios públicos. A nova lei mantém a parceria com as empresas, agora com um patamar de investimento privado mínimo, nos casos de patrocínio. A estimativa é que o patrocínio aumente em pelo menos 20%. A lei cria estímulos para a desconcentração, estabelecendo o repasse automático de 30% dos recursos para secretarias de cultura, em estados e municípios. Elas só poderão utilizar o recurso em investimento nos artistas e projetos da sociedade.

Outro entrave fundamental do campo cultural é a proliferação das fundações sem fundo no Brasil. As instituições públicas, que não são nem estatais nem anexadas a grandes empresas, vivem à míngua, sem capacidade de pagar suas contas. Prestam um grande serviço à cultura, mas a política cultural baseada em Lei Rouanet criou uma cultura de projetos, que ignora a manutenção e o longo prazo desses museus, centros culturais, escolas de arte.

Com a cultura dos 100% de abatimento, as grandes empresas se acomodaram e é muito raro ver o que acontece na Europa e EUA: a doação para fundos de manutenção. Para oferecer um inovador mecanismo de sustentação, a nova lei incorpora o modelo de *endowments* (doações), oriundo do mundo desenvolvido, oferecendo incentivo à formação de fundos específicos para a manutenção dessas instituições, para a remuneração de suas atividades meio, com avaliação de seus resultados e metas de atendimento.

A nova lei visa alcançar um objetivo posto como central na atual gestão cultural: o fortalecimento das instituições culturais de natureza privada com finalidade pública. Com este novo paradigma, a diversidade cultural, os artistas e produtores terão uma legislação à altura da riqueza cultural brasileira.

Mas o fomento à cultura deve buscar alcançar pontos sensíveis da vida cultural brasileira. Aqui vale comentar a criação do programa Pontos de Cultura, que ilustra bem o oitavo ponto: o protagonismo da sociedade civil como conceito da ação de Estado.

A sociedade civil como conceito da ação estatal

O programa Pontos de Cultura nasceu de um feliz encontro entre a orientação do Presidente Lula de apoiar comunidade e periferias do País, onde há enorme carência de equipamentos, e a experiência de Gilberto Gil e Juca Ferreira com o terceiro setor da cultura.

Gil chegou ao Ministério propondo o do-in antropológico, a necessidade de massagear pontos vitais do país, represados, contraídos, sem espaço de circulação sanguínea.

O programa Pontos de Cultura foi concebido de forma inovadora seguindo, passo a passo, a visão de Gil e Juca sobre o assunto: o Ministério da Cultura oferece apoio por dois anos e meio para grupos culturais de favelas, comunidades ribeirinhas, cidades pequenas. São foliões, maracatus, grupos de hip hop, rádios comunitárias, jovens lideranças indígenas.

O olhar inovador de Gil neutralizou o cacoete tradicional do Estado em “inventar” as iniciativas. As iniciativas já existem na sociedade – foi o axioma simples e revolucionário que fez do programa um êxito rápido em sua enorme capilaridade e flexibilidade.

Juca Ferreira tinha longa experiência com projetos socioculturais, como o Axé, na Bahia, que incorpora meninos e meninas da absoluta miséria, ao articular saúde, educação, cultura e arte. Formais ou informais, essas iniciativas da sociedade brasileira pipocaram com a redemocratização do País em centenas de milhares; nelas, a cultura é ao mesmo tempo empreendimento social, integração de jovens e crianças, oferta de oportunidades, participação comunitária, expressão tradicional e invenção estética.

No vazio deixado pelo próprio Estado, e pela economia da cultura, a sociedade criou formas alternativas de dispor de repertório, informação, comunicação, lei-

tura. O programa agregou três pilares: reconhecimento, apoio financeiro e tecnológico (câmera de vídeo, estúdio de som, a depender do perfil de cada ponto) e ofereceu cursos, prêmios, capacitação para que os Pontos alçassem voos maiores. Hoje, o programa repassa recursos a aproximadamente 5.000 iniciativas do País.

Mas o programa deixa como desafio a modernização do Estado brasileiro. Essa reflexão não se aplica apenas à gestão cultural: o Estado que herdamos não foi moldado para parcerias de fôlego com a sociedade. Os instrumentos legais disponíveis para transferência de recursos são obsoletos e – em nome do legítimo combate à corrupção – tornam inviável a relação com a maior parte da sociedade por excesso de rigidez.

A busca de maior controle e transparência do Estado é louvável - e indispensável - na democracia moderna, mas ela deve focar no acompanhamento dos serviços, na qualidade do que é produzido com dinheiro público, e menos no controle formal, que é superficial. Um dos maiores problemas do Ministério da Cultura, nesses oito anos, foi a prestação de um serviço ágil e eficaz para a sociedade, e o saldo é de ainda muito insuficiência.

A parceria inovadora que o MinC propôs à sociedade, em seus milhares de prêmios, bolsas e convênios concedidos, esbarra na inadequação do modelo de projeto, acompanhamento e prestação de contas que a lei atual exige. A mudança da Lei Rouanet irá resolver parte desses gargalos, mas outra parte deve envolver, além do contínuo fortalecimento do MinC e de seu corpo de servidores, uma nova lei orgânica da administração pública, que já está em gestação e debate no País.

O problema não é apenas da política cultural, e sim de um País que só resolverá problemas fundamentais da qualidade dos serviços prestados se – na linha do programa Pontos de Cultura – incorporar o acúmulo insubstituível da sociedade.

Chegamos então ao nono ponto: a compreensão do papel do Estado na cultura.

O papel do Estado na cultura

Parte do prestígio e influência do Ministério da Cultura se deve ao fato de que adotou, de forma irretocável, uma postura republicana, transparente e participativa de construir suas políticas. Muito se fala de uma política de Estado para a cultura, mas, para isso, é preciso afirmar o papel do Estado.

Não poderia ser de outra forma, considerando a imensa tarefa de fundo que é galgar a cultura a este novo e desejado patamar. O Ministério foi, nestes anos, imensamente republicano ao jamais usar como critério a cor partidária nas parcerias com estados e municípios, investindo direto em todos os estados administrados pela oposição. Assim, logrou criar programas federativos como o DOC-TV e os Pontos de Cultura, adotados em quase todos os estados do País.

E, mais do que isso, observando o dinamismo cultural brasileiro com imenso respeito, cuidado e zelo pela liberdade de expressão e diversidade de visões estéticas e intelectuais, o Ministério primou por ser uma instituição pública e plural em seus editais, programas e ações. O Ministério foi transparente em suas decisões, seja em calorosos debates, seminários; seja quando optou pela consulta pública em seus projetos de lei, afirmando o diálogo na formulação de suas decisões e a interlocução com todos os setores organizados e não organizados no acompanhamento e formulação do seu planejamento.

O resultado é uma política de governo e uma política de estado, que mutuamente se fortalecem. A política de Estado, com o Plano Nacional de Cultura aprovado no Congresso, ganha metas para os próximos dez anos, duração que transcende futuras gestões do MinC e futuros Presidentes, e que segue o espírito deste decálogo

Se ele é pré-requisito em qualquer política pública, a atual gestão radicalizou a opção do diálogo por entender que a área cultural é talvez a mais sensível, autônoma e livre da sociedade civil. Logo, se a atuação do Estado tem um vasto horizonte, como apontamos, ela não pode carcer dessa atitude permanente de respeito pelos artistas e pela complexidade de nossa sociedade.

Desde 2003, o Ministério da Cultura realizou duas Conferências Nacionais, a segunda contando com a participação de 300 mil pessoas e 3.100 municípios. Um avanço imenso no que diz respeito à adesão das cidades, prefeitos, que poderão criar seus fundos e orçamentos municipais. A instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2007, e dos Colegiados Setoriais, em 2008, vem na mesma direção de aumentar o controle social sobre o Estado. Um controle que deve fiscalizar e verificar o quanto avançamos, bem como apontar novos desafios.

O Brasil vive hoje uma liberdade de expressão sem precedentes e o Ministério da Cultura se beneficia desse extraordinário momento. A sociedade está madura

para o perigo do dirigismo estatal e deve estar mais ainda para o perigo do acanhamento dos poderes públicos, esse perigo sendo o mais possível numa sociedade democrática. Como há controle da imprensa e dos artistas, o risco de dirigismo é mínimo, um fantasma do autoritarismo dos anos de chumbo.

O risco que temos é do retorno de uma mentalidade política atrasada que trate a cultura como algo secundário, porque, convenhamos, parte da sociedade e dos formadores de opinião ainda pensa assim. O Estado, no caso da cultura, deve evitar a dicotomia do passado: estar presente de forma autoritária, ou estar ausente repassando suas responsabilidades ao setor privado.

O Estado deve ser moderno, democrático, porém, presente e equipado para massagear os pontos vitais. Um Estado habilitado a fornecer estímulo de forma ágil e transparente, com recursos, planejamento e informações técnicas e econômicas para tanto. As estatísticas de exclusão, a imensa diversidade, os meandros da economia da cultura são desafios que apontam para o papel do Ministério da Cultura numa missão de longa duração no século XXI.

Décimo: orçamento público para a cultura.

Por fim, o décimo ponto: o orçamento público, principal instrumento de realização das políticas listadas nos pontos 1 a 9.

A luta pelo orçamento foi, como vimos, uma grande bandeira nesses sete anos. O início de 2010 reservou a grande satisfação de ver o Presidente Lula sancionar a lei orçamentária anual com R\$ 2,2 bilhões para o orçamento do MinC, excluindo os tetos de renúncia fiscal (dinheiro público também). Um salto de 50% em relação ao ano anterior, 2009, uma vitória histórica.

Essa imensa vitória reflete o primeiro governo democrático com a devida compreensão sobre a cultura, ainda que as insuficiências sejam muitas. O desafio, entretanto, é fixar na Constituição o patamar mínimo do orçamento nas três esferas da federação.

É o que faz a Proposta de Emenda Constitucional 150, que obriga o investimento em cultura: de 2%, em nível federal; 1,5%, em nível estadual; e 1%, em nível municipal. A proposta tramita no Congresso e sua votação pode ser um grande ganho para o País.

A tradução de um consenso político nacional necessita dos meios para sua plena consecução.